



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ALINE CAVALCANTE E SILVA

IMPACTOS DA COVID-19 NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: um estudo
de caso em escolas públicas

JOÃO PESSOA

2023

ALINE CAVALCANTE E SILVA

IMPACTOS DA COVID-19 NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: um estudo
de caso em escolas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Tecnólogo em Gestão Pública pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Calixto da
Silva.

JOÃO PESSOA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Aline Cavalcante e.
Impactos da Covid-19 na gestão da educação na
Paraíba: um estudo de caso em escolas públicas / Aline
Cavalcante e Silva. - João Pessoa, 2023.
54 f. : il.

Orientação: Carla Calixto da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação pública. 2. Setor educacional. 3. Ensino
remoto emergencial. 4. Processo de ensino-aprendizagem.
5. Pandemia Covid-19. I. Silva, Carla Calixto da. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

ALINE CAVALCANTE E SILVA

**IMPACTOS DA COVID-19 NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA
PARAÍBA: um estudo de caso em escolas públicas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Pública pela Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovado em: 02 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Carla Calixto da Silva

Profa. Dra. Carla Calixto da Silva (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Sabrina de Melo Cabral

Profa. Dra. Sabrina Melo Cabral (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
gov.br TATIANE TENORIO DA GAMA LEITE DE FRE
Data: 12/06/2023 17:43:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc. Tatiane Tenório da Gama Leite de Freitas (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

*Dedico a meu pai, Ademir (In memorian), a minha mãe
(Eliane) e a minha filha (Maria Beatriz).*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus e Nossa Senhora, da qual sou devota, pois em todos os momentos mais difíceis em minha vida, a minha fé, me manteve de pé.

À minha orientadora, a professora Carla Calixto, pela disponibilidade de orientação, pela paciência, suporte, correções, incentivos e por não ter desistido de mim quando precisei parar.

À banca examinadora, Profa. Tatiane Gama e a Profa. Sabrina Cabral pelas sugestões e contribuições para melhoria do trabalho.

À minha amiga de infância, professora Itacyara Viana, pelas dicas e disponibilidade de material para leitura.

Ao grande amigo que fiz no curso, Atos Rabi, que sempre me fez companhia nas horas vagas na universidade, sempre me lembrou as datas de tudo e pelo incentivo na reta final do TCC.

Ao também amigo do curso, Fellipe, pela companhia, conversas, desabafos e boas risadas.

À minha amiga irmã, Thamara Oliveira, pela ajuda na logística dos questionários.

Ao colega de trabalho, Edson Rangel, por ter se disponibilizado em ajudar no Abstract.

À amiga e professora, Joana Emília, por todo esforço e dedicação em me ajudar na reta final do trabalho com as correções, leitura, sugestões, formatação, vairando a madrugada ao meu lado.

À professora, Maria, da escola EMEIF Maria Viegas de Paiva, pelo auxílio na aplicação dos questionários nas turmas de EJA.

À minha psicóloga, Larissa Nunes, pelo apoio e incentivo durante todo esse processo.

Aos professores, coordenadores/supervisores, gestores e estudantes das duas escolas que se disponibilizaram em participar da pesquisa.

E por fim, e não menos especial, aos meus pets, Sushi e Amora, pela companhia diária em minha solitude.

À todos e todas, meu muito obrigada!!!

RESUMO

As consequências causadas pela pandemia da Covid-19 vem desde março de 2020 impondo mudanças na rotina da população, agravando ainda mais os problemas já existentes no país. O setor educacional foi duramente impactado, dado que o modelo tradicional de ensino presencial, foi substituído rapidamente e sem planejamento para o modelo de ensino emergencial remoto. Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os impactos da covid-19 na gestão da educação na Paraíba, a partir de um estudo de caso realizado em duas escolas: a Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio (ECI EEFM) Tenente Lucena, localizada na cidade de João Pessoa – PB e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Maria Viegas de Paiva, localizada em Caldas Brandão – PB, interior da Paraíba. Para tanto, a pesquisa compõe-se a partir de uma abordagem quali-quantitativa, com estudo bibliográfico a partir de uma revisão da literatura e a aplicação de questionários. Os resultados encontrados na pesquisa, de maneira geral, apontam para uma falta de planejamento adequado antes do início do processo de aulas remotas/*online*; agravamento da situação socioeconômica familiar de parte dos discentes; falta de equipamentos tecnológicos por parte dos discentes; defasagem no processo de ensino-aprendizagem, entre outros, com indicação da proposição de políticas públicas nesse setor e ampliação de pesquisas dos impactos no processo de aprendizagem pós-pandemia.

Palavras-chave: Educação Pública. Pandemia. Ensino Remoto Emergencial. Paraíba.

ABSTRACT

The consequences caused by the Covid-19 pandemic have been imposing changes in the population's routine since March 2020, further aggravating the problems that already exist in the country. The education sector was severely impacted, as the traditional face-to-face teaching model was quickly and unplanned replaced by the remote emergency teaching model. In view of the above, the present article has the general objective of analyzing the impacts of covid-19 on the management of education in Paraíba, based on a case study carried out in two schools: the Escola Cidadã Integral Estado de Ensino Fundamental e Médio (ECI EEFM) Lieutenant Lucena, located in the city of João Pessoa - PB and the Municipal School of Early Childhood and Elementary Education (EMEIF) Maria Viegas de Paiva, located in Caldas Brandão - PB, in the interior of Paraíba. Therefore, the research is composed from a quali-quantitative approach, with a bibliographical study from a literature review and the application of questionnaires. The results found in the research, in general, point to a lack of adequate planning before starting the remote/online classes process; worsening of the family socioeconomic situation of part of the students; lack of technological equipment on the part of students; gap in the teaching-learning process, among others, with an indication of the proposition of public policies in this sector and expansion of research on the impacts on the post-pandemic learning process.

Keywords: Public education. Pandemic. Emergency remote teaching. Paraíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Visão dos funcionários, gestores e docentes usando a nuvem de palavras.....	36
Figura 2: Visão dos estudandos usando a nuvem de palavras.....	43

GRÁFICOS

Gráfico 1: Média de idade dos funcionários, gestores e docentes.....	32
--	----

QUADROS

Quadro 1: Quantidade de alunos(as) por série na ECI EEFM Tenente Lucena.....	29
Quadro 2: Quantidade de alunos(as) por série na EMEFI Marias Viegas de Paiva.....	29
Quadro 3: Questionários respondidos pelos funcionários da ECI EEFM Tenente Lucena e EMEFI Maria Viegas de Paiva.....	30
Quadro 4: Taxa de Rendimento por etapa Escolar na ECI EEFM Tenente Lucena.	42
Quadro 5: Taxa de Rendimento por etapa Escolar na EMEFI Maria Viegas de Paiva.....	42

TABELAS

Tabela 1: Perfil socioeconômico dos funcionários, gestores e docentes.....	31
Tabela 2: Perfil de equipamentos tecnológicos na residência dos funcionários, gestores e docentes....	33
Tabela 3: Perfil de equipamentos tecnológicos na escola (funcionários, gestores e docentes).....	34
Tabela 4: Perfil de ensino-aprendizagem na pandemia na visão dos funcionários, gestores e docentes	34
Tabela 5: Perfil socioeconômico dos estudantes.....	37
Tabela 6: Perfil de equipamentos tecnológicos na residência dos estudantes.....	38
Tabela 7: Perfil de equipamentos tecnológicos na escola (estudantes).....	40
Tabela 8: Perfil de ensino-aprendizagem na pandemia na visão dos estudantes.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação do Brasil
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
EAD	Educação a Distância
ECI EEFM	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERE	Ensino Remoto Emergencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional da Educação
PNNE/PB	Protocolo Novo Normal para Educação da Paraíba
SEECT	Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19 NO BRASIL E NA PARAÍBA	14
2.2 EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO	17
2.3 DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS EDUCACIONAIS PARA A MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA	21
2.4 ESTUDOS RECENTES	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1 ANÁLISE DA AMOSTRA	28
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR FUNCIONÁRIOS, GESTORES E DOCENTES	31
4.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS ESTUDANTES	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48

IMPACTOS DA COVID-19 NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: um estudo de caso em escolas públicas

Aline Cavalcante e Silva

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a economia brasileira foi surpreendida com o fechamento de escolas e outros estabelecimentos como consequência da rápida transmissão da pandemia da Covid-19¹. Diante da situação emergencial e riscos de disseminação do vírus que vinha ocorrendo de maneira muito rápida, professores em todo país precisaram se reorganizar diante do caos que se instalava, iniciando de maneira repentina, o processo de aulas remotas autorizado pelo Ministério da Educação (MEC), pela portaria no 544 de 16 de junho de 2020 (BRASIL, 2020).

Os docentes tiveram que se reinventar no Ensino Remoto Emergencial (ERE) e na Educação a Distância (EAD), onde pressupõe em ambos os casos, o distanciamento geográfico de professores e alunos. No primeiro caso, as aulas ocorreram de forma síncrona com videoaula por sistema de webconferência e atividades em ambientes virtual de aprendizagem, sendo utilizadas com mais ênfase no ensino superior. No segundo caso, a mediação pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (*e-mail*, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens e entrega de material semanal presencialmente), com a ajuda de professores, tutores e os próprios familiares desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos divergentes, sendo aplicadas com mais constância no ensino básico e médio (BEHAR, 2020).

De acordo com dados do Censo Escolar (2021), a taxa de abandono escolar foi mais que o dobro em 2021 (5%) em relação ao mesmo período de 2020 (2,3%). Quando se analisa a região Nordeste, constata-se que a taxa de abandono no ensino médio soma-se 6,3% e 1,9% no ensino básico. Sendo o segundo, o pior índice em relação a outras regiões, ficando atrás apenas em relação ao Norte, com 10,1% para o ensino médio e 2,5% para o ensino básico. Em relação

¹ A COVID-19 é a doença causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou conhecimento deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após receber a notificação de um grupo de casos de “pneumonia viral” em Wuhan, na República Popular da China (Folha informativa sobre COVID-19 – OPAS/OMS – PAHO. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 09 de maio de 2023. Para maiores detalhes ver: Freitas *et. al.* (2020); Silva *et. al.* (2020); Brito *et. al.* (2020); Souza *et. al.* (2021).

a Paraíba, verifica-se que houve um aumento considerável. Em 2020 a taxa de abandono no ensino médio representava 2,3% enquanto em 2021 essa taxa aumentou para 5,6%. Em relação ao ensino fundamental, a Paraíba não obteve aumentos significativos na taxa de abandono em 2021 (1,2%) em termos comparativos a 2020 (1,0%).

Vários autores na literatura tentam explicar os efeitos da pandemia da covid-19 e as causas do aprofundamento da evasão no setor educacional, podemos destacar: Oliveira e Santos (2020); Marques e Fraguas (2020); Pereira et. al. (2020); Senhoras (2020); Aguiar (2020); Brunet et. al. (2021); Santos et al., (2021); Bordini (2021) e Neri e Osório (2021), entre outros. Bordini (2021), retrata que as causas da evasão escolar podem ser caracterizadas como multifatoriais com consequências nefastas para o ensino. Neri e Osório (2021), relatam que o efeito da pandemia da covid-19 irá refletir tanto em uma perda do crescimento quanto na equidade na acumulação de capital humano, com consequências negativas para o país no longo prazo, principalmente em termos educacionais. Na Paraíba, alguns trabalhos trazem contribuições sobre o impacto da pandemia na educação, entre eles destaca-se: Silva (2020), Monteiro (2020); Miranda et. al. (2020), Bezerra e Miranda (2021); Ferreira e Santos (2021) e Fernandes et. al. (2022).

Apesar de já existir uma literatura, há uma escassez de trabalhos sobre o setor educacional pós-pandemia na Paraíba, assim como ao fato de ter sido uma área extremamente afetada no decorrer dos anos da pandemia e que segundo especialistas da área, os efeitos poderão prolongar-se por anos a frente, justifica-se a importância de estudos dessa natureza. Dentro desse contexto, justifica-se a importância de aprofundar estudos sobre o impacto da Covid-19 sobre a educação na Paraíba, bem como, investigar as ações governamentais e as possíveis políticas sinérgicas que podem auxiliar no cenário atual do setor educacional na Paraíba, como forma de mitigar os gargalos existentes no setor pós-pandemia.

Desta forma, o presente estudo visa responder questões de interesse na administração pública educacional pautadas na seguinte indagação central: Quais os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 no processo educacional na Paraíba?

Seguindo essa problemática, o objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 na gestão da educação na Paraíba a partir de um estudo de caso nas escolas ECI EEFM Tenente Lucena e EMEIF Maria Viegas de Paiva. Para tanto, pretende-se: a) descrever o cenário da educação no período da pandemia nas escolas com o ensino emergencial remoto; b) identificar os aspectos negativos e positivos que impactaram no processo de aprendizagem e na gestão escolar para discentes, docentes e gestores; e, c) apresentar os meios e estratégias utilizadas nas referidas escolas para o enfrentamento dos

impactos da crise sanitária no ensino e na aprendizagem.

O foco desta pesquisa é investigar os desafios e as expectativas enfrentadas, por partes dos gestores, discentes e docentes com a Covid-19 na educação na Paraíba, a partir de um estudo de caso que será realizado na Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio (ECI EEFM) Tenente Lucena, localizada na cidade de João Pessoa – PB e na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Maria Viegas de Paiva, localizada no município de Caldas Brandão, interior da Paraíba.

A importância desse estudo visa contribuir para a literatura e administração pública, a partir de uma pesquisa que trará dados relacionados aos impactos causados na educação nas escolas selecionadas na Paraíba e com isso propor políticas públicas na área de educação que busquem amenizar os efeitos negativos causados pela pandemia. Verifica-se, que existem trabalhos realizados dessa natureza em escolas no município de João Pessoa. No entanto, até o presente momento não foi verificado nenhuma pesquisa dessa dimensão sobre a pandemia na educação na cidade de Caldas Brandão – PB e nas escolas da amostra.

Nesse sentido, este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção consta a fundamentação teórica que serviu de base para o estudo, em seguida é apresentado o método de pesquisa e suas aplicações. Logo após, é realizada a análise dos dados e discussão dos resultados, e por fim, na seção cinco apresenta-se as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COVID-19 NO BRASIL E NA PARAÍBA

A educação no Brasil, mesmo antes da pandemia da covid-19, enfrentava uma crise de aprendizado e evasão escolar no seu formato presencial (UNICEF, 2021). Ao analisar o cenário educacional no Brasil durante a pandemia da Covid-19, percebe-se o quanto essa crise se aprofundou e afetou as diversas esferas da vida de professores e estudantes dispersos em todo país que precisaram se “adequar” de maneira repentina, sem planejamento e estrutura a um novo modelo de ensino (PEREIRA *et. al*, 2020). Dados da pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec, 2021) relatam que o número de crianças e adolescentes sem acesso a educação no Brasil passou de 1,1 milhão em 2019 para 5,1 milhões em 2020.

Nesse sentido, a educação presencial é o ensino convencional desde muito tempo. Isto é, aquele que acontece a partir da comunicação direta entre professor e aluno simultaneamente (forma síncrona). Para Iahn, Magalhães e Bentes (2008), na visão tradicional, o professor exerce o papel de um transmissor de informações e o aluno o papel de repetidor destas, sendo esse o modelo de ensino-aprendizagem ainda predominante na maioria das escolas sobretudo nas públicas.

Com a pandemia, o novo modelo de ensino, trouxe o formato de aulas remotas, com a suspensão das aulas presenciais aprovada pela Lei n. 13.987/20, no qual as instituições realizaram as aulas virtualmente, reorganizando a carga horária e passaram a adotar práticas pedagógicas não presenciais nas diferentes etapas da educação básica, ensino médio, fundamental e superior (SANTOS; BEZERRA, 2021).

Segundo Hodges *et al.* (2002), a educação remota emergencial é uma mudança temporária na forma de construção de conhecimentos curriculares para uma maneira alternativa, no contexto de uma situação em crise. Esse formato de aula, envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, que podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver. As aulas podem ser síncronas e/ou assíncronas, ou seja, simultaneamente *online* entre professores e estudantes ou em momentos distintos.

Nesse sentido, a educação remota emergencial pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, tal como ocorre com a transmissão em horários específicos de aulas *online* (momentos síncronos) dos professores. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea e ainda pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento (assíncrono) (ARRUDA, 2020).

Dentro desse contexto, é consenso na literatura a falta de equidade e acesso aos recursos digitais, em meio a um cenário já existente de desigualdades sociais e educacionais no país. Rodrigues (2021) aponta que alguns dos desafios enfrentados por professores nesse cenário pandêmico e de ensino remoto, estiveram relacionados à: falta de preparo para o uso da tecnologia nas aulas *online*; sobrecarga de trabalho com o planejamento e preparo de atividades; redução do bem-estar a partir da criação de redes de apoio e comunicação com pais e alunos por meio de aplicativos de mensagens e suporte *online* e, possíveis impasses na interação entre professor/aluno nas aulas *online*. Já no que diz respeito as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, estão: falta de interação no ensino remoto, seja com os professores ou colegas de

turma; falta de engajamento, socialização e acompanhamento significativo por parte dos professores. Além dos problemas relacionados a inclusão e acesso à tecnologia na comunidade educacional.

Nesse sentido, Rodrigues (2021) destaca que:

O conceito de divisão digital, inicialmente, evidenciava o acesso ou não dos alunos e professores à tecnologia, a fim de incentivar a acessibilidade aos meios digitais. No entanto, apenas o acesso a tecnologia inviabilizava o reconhecimento de complexas nuances da inclusão digital correlacionada a proficiência e ao letramento digital, ao uso da tecnologia, ao engajamento e os contextos culturais e sociais. Com a pandemia, a substituição da educação presencial pela educação remota emergencial acelerou estratégias e políticas públicas de inclusão digital a comunidades socioeconomicamente vulneráveis (RODRIGUES, 2021, p. 30).

Sendo assim, a partir do exposto acima, percebe-se que em meio aos diversos problemas ocasionados e enfrentados por professores e alunos no contexto da pandemia da Covid-19 que envolvem as questões sociais, saúde mental, o trabalho, a família, dentre outros, estão também os desafios e políticas públicas relacionadas à inclusão digital em meio a população mais carente socioeconomicamente, situação esta já existente em nossa sociedade, mas que se tornou de maior urgência na busca por soluções devido ao advento da educação remota emergencial e aos problemas de desigualdades sociais pré-existentes no país.

Santos e Bezerra (2021) chamaram a atenção para os chamados “choques educacionais” da pandemia enfatizado pela literatura internacional. O relatório do Banco Mundial (2021), retrata que no longo prazo, os choques podem ocasionar, dentre outros, o aumento da pobreza de aprendizagem, aumento da evasão escolar, a redução do capital humano, aumento da desigualdade social, aumento da agitação social e conseqüentemente, o ciclo entre as gerações de pobreza de aprendizado e o baixo capital humano será reforçado.

Além disso, Rodrigues (2021) a partir de seus estudos, apontam as dificuldades associadas ao acesso a eletricidade, a infraestrutura da internet e aparelhos digitais, em especial, em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, além das áreas rurais. Ainda, conforme a mesma autora, os estudantes de instituições públicas do ensino fundamental, médio e superior, que fazem parte de grupos populacionais em desvantagem socioeconômica e de estados com pior desempenho em testes padronizados, são os que possuíram menores condições de continuarem os estudos no decorrer da pandemia.

Nesse contexto, em meio ao caos instalado pela pandemia da Covid-19 e cenário educacional apresentado no Brasil, conforme exposto anteriormente de maneira resumida, na

Paraíba, foi criado em 2020 o canal TV Paraíba Educa² pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT), que em parceria com a Assembleia Legislativa da Paraíba, levou aos estudantes da rede estadual de ensino uma programação educativa por meio de três canais: 40.4 na grande João Pessoa, 15.4 em Campina Grande e região e 14.4 em Patos, região do sertão paraibano. A idealização da rede de canais fez parte das ações da Secretaria de Educação do Estado como forma de amenizar os impactos da pandemia na educação durante o regime especial e emergencial de ensino. Além desta, foram utilizadas outras plataformas digitais como: *google classroom*; redes sociais; materiais impressos, dentre outros.

Ainda de acordo com a mesma notícia, a programação da TV Paraíba Educa foi exibida diariamente no horário das 8h às 20h30, com programas inéditos e também reprises das videoaulas, que foram divididas da seguinte forma: no período da manhã com videoaulas voltadas para a educação infantil e ensino fundamental, à tarde videoaulas do ensino médio e à noite videoaulas referentes aos ciclos da Educação de Jovens e Adultos (EJAs). Os professores participantes da TV Paraíba Educa foram selecionados dentre os que já faziam parte da rede pública estadual de ensino e gravavam as aulas em seu ambiente residencial, portanto, as aulas não eram gravadas em estúdio, como forma de respeitar as normas de distanciamento social imposto pela pandemia. Além das videoaulas voltadas as diferentes etapas e séries da educação básica, havia também o Programa Se Liga no Enem, com o objetivo de dar melhor suporte aos estudantes e também egressos na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os professores também preparavam materiais com roteiros de estudo de forma a facilitar a compreensão dos conteúdos ministrados, orientações, questões, referências complementares, dentre outros, com todo material disponibilizado através da Plataforma Paraíba Educa. A iniciativa da Secretaria de Educação do estado parece ter sido uma das formas encontradas para mitigar os efeitos da pandemia na educação do estado, e mesmo após o retorno das atividades presenciais, o programa continuou, com pretensões de ampliação.

Sendo assim, após essa breve análise do cenário educacional no contexto da pandemia no Brasil e na Paraíba, o tópico seguinte abordará a educação como política pública de Estado.

2.2 EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO

² Notícia divulgada em 26 de junho de 2020 no site: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/secretaria-de-educacao-lanca-tv-paraiba-educa-com-programacao-para-estudantes-em-canais-legislativos>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

De acordo com Smarjassi e Arzani (2021), as políticas públicas em educação podem ser definidas como programas ou ações desenvolvidas em âmbito governamental para auxiliar na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal. A educação no Brasil é direito constitucional garantido em nossa Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 205, diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ou seja, a promulgação da Constituição Federal de 1988 se estabelece como um importante marco no que diz respeito a educação no Brasil, pois garantiu a educação como direito de todos os cidadãos, sendo esta assegurada enquanto direito público subjetivo e também o primeiro dos direitos sociais (art. 6º), reafirmando o dever do Estado com a educação, portanto, podendo haver responsabilização de autoridade competente. Soma-se a esses fatores, outras importantes conquistas, como exemplo, podemos citar: garantia pela primeira vez em nível nacional a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV); ampliou essa gratuidade para o ensino médio e também ensino superior; incluiu a educação infantil no sistema de ensino, anteriormente ligada à assistência social; garantiu o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; ensino noturno adequado às condições do educando, dentre outras questões importantes para educação no Brasil.

Além disso, a Constituição foi um importante marco também para outras conquistas legais, na medida em que preparou o campo para a construção de um Sistema Nacional de Educação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996; e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Em meio a esse contexto, é importante também destacar a Declaração Mundial de Educação para Todos aprovada em 1990, em uma Conferência Mundial ocorrida na Tailândia, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e que resultou na elaboração de um documento mundialmente significativo para educação, na busca de tornar realidade o direito à educação já estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Nesse sentido, de maneira geral, o documento proposto na Conferência assumiu um compromisso mundial na busca da garantia de uma educação básica de qualidade para todas as crianças e enérgica redução do analfabetismo entre

os adultos³.

Outro importante documento é a Declaração de Salamanca de 1994⁴, Conferência ocorrida na Espanha também com a participação da UNESCO e que reafirma o que já havia sido proclamado na Declaração Mundial da Educação para todos, mas com olhar especial para a educação inclusiva, na medida em que trás princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, buscando a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, reforçando a ideia de uma educação para todos.

No Brasil, a regulação do sistema educacional foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, pois além de regular o sistema de educação no país, estabeleceu direitos e padrões de funcionamento na busca de garantir um serviço de qualidade seja nas instituições de ensino públicas ou privadas, ofertadas a toda a população. Nesta lei estão presentes todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo todas as suas esferas e setores, definindo os objetivos e reforçando o caráter federativo da educação no Brasil, como forma de assegurar o direito social à educação a todos os estudantes brasileiros⁵.

Há também que se destacar como política pública de Estado na educação a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) em 2010, que têm como objetivo definir as bases comuns nacionais para os três níveis da educação básica no Brasil (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), dando autonomia as escolas e instituições de ensino para que possam montar seu currículo e proposta pedagógica de acordo com sua realidade, mas garantindo conteúdos mínimos para uma formação comum, ou seja, as DCNs visam orientar o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. Nesse sentido, há diretrizes curriculares para várias áreas da educação, como: no campo; indígena; quilombola; de jovens e adultos em situação de privação de liberdade; das relações étnico-raciais; em Direitos Humanos; ambiental; dentre outros. Além disso, baseado nas DCNs, os estados podem construir suas próprias diretrizes curriculares de acordo com sua realidade⁶.

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

⁵ Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2023.

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de abril de 2023.

Já no ano de 2014, foi proposto o Plano Nacional de Educação⁷ que prevê duração até 2024 e definiu dez diretrizes que devem conduzir a educação brasileira e estabeleceu vinte metas a serem cumpridas até o final de sua vigência, dentre estas: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE; alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental; oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica; fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio; elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, dentre outras. Nesse sentido, pode-se entender o PNE como um importante documento estabelecido na esfera da educação que visa alcançar metas como política pública nessa área com o objetivo de buscar uma educação com mais qualidade combatendo as desigualdades já existentes em nosso país.

Em 2017 foi homologado pelo Ministério da Educação outro importante documento na educação no Brasil se configurando como um dos mais atuais que norteia a educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular⁸ (BNCC), cujo objetivo principal foi o de garantir aos estudantes brasileiros, de norte a sul do país, o direito de aprender um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns, sejam estes, de escolas públicas ou privadas, de áreas urbanas ou rurais, em todo o país.

Nesse contexto, percebe-se que ao longo dos anos foram criadas várias leis, assim como, os decretos criados a partir do contexto da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, no que diz respeito à educação enquanto política pública de Estado, foi promulgada a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020, que em seu Art. 2º diz:

⁷ Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

⁸ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

As instituições escolares de Educação Básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensadas, em caráter excepcional, durante o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.

Nesse cenário, as escolas necessitam adequar-se a esse novo modelo impulsionado pelo contexto da pandemia a partir da aplicação das aulas remotas/*online* no formato de Ensino Remoto Emergencial (ERE), de forma a garantir o necessário isolamento social.

Enquanto isso, os estados e municípios passam a criar seus próprios decretos em consonância com os decretos federais. Nesse contexto, no estado da Paraíba, foi instituído o Decreto nº 40.128, de 17 de março de 2020:

Art. 2º Fica determinado recesso escolar em toda rede pública estadual de ensino no período de 19.03.2020 até 18.04.2020. Parágrafo único. A determinação prevista no caput também se aplica às redes de ensino municipais e às escolas e instituições de ensino privadas localizadas no Estado da Paraíba. (ESTADO DA PARAÍBA... Decreto nº40.128, 17 de março de 2020).

Esse decreto posteriormente instituiu um regime especial de ensino, na modalidade de ensino remoto, seguindo as orientações já apontadas em outros documentos pelo governo federal.

Nesse contexto, na próxima seção, aborda-se um breve resumo acerca dos desafios dos gestores públicos educacionais para mitigação dos efeitos da pandemia.

2.3 DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS EDUCACIONAIS PARA A MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA

A pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios para gestores públicos educacionais que já acumulavam antigas demandas advindas da ainda enorme desigualdade social existente em nosso país, em especial, na área da educação.

Antes da pandemia, a educação brasileira, especificamente a Educação Básica, indicava questionamentos sobre a qualidade e a permanência dos estudantes na escola. Alguns fatores se mostraram mais visíveis, um exemplo disso é a evasão escolar (BRANCO *et. al.*, 2020), algo que já preocupava os gestores educacionais. No contexto da pandemia, o agravamento de demandas já existentes na área da educação básica pública no Brasil e os efeitos da pandemia nesse setor tornaram-se os desafios de gestores públicos educacionais ainda mais difíceis. De

acordo com as autoras:

A pandemia do COVID-19 tem trazido à tona diversos problemas sociais no Brasil, tais como: desigualdade de renda, moradia, violência, desemprego, problemas estes que historicamente já impactavam a vida de milhares de brasileiros. Além disso, a pandemia do novo coronavírus escancarou um modelo de sociedade incapaz de promover serviços públicos básicos, como educação e saúde. E quando se trata de educação, a situação ainda se agrava gerando problemáticas maiores no sistema de ensino. (QUEIROZ, SILVA, SOUSA, p.5, 2022 *apud* BARBOSA; CUNHA, 2020).

Diante disso, outro grande desafio enfrentado pelos gestores públicos educacionais foi o de promover um retorno seguro às aulas presenciais, que no âmbito estadual e municipal, a exemplo da Paraíba, se inicia de maneira gradual no ano de 2021, retornando 100% presencial no ano de 2022. Nesse contexto, o Unicef lança um guia⁹ em abril de 2020 para gestores de educação, com uma série de recomendações para a reabertura das escolas de maneira segura, apontando orientações para antes da reabertura, durante e com as escolas já reabertas, atentando para a importância de diversos setores trabalharem em conjunto, em especial, a educação e a saúde.

Na Paraíba foi lançado um documento que estabeleceu um Protocolo Novo Normal para Educação da Paraíba – PNNE/PB¹⁰, dispondo sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano. Esse documento levou em consideração os vários decretos já publicados pela Estado da Paraíba, seguindo também as orientações já sinalizadas em outros documentos, a exemplo de: Diretrizes para o Protocolo de Retorno às aulas Presenciais do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação do Brasil (CONSED)¹¹, da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME)¹² assim como, orientações contidas em documentos de organizações internacionais, a saber, UNESCO, UNICEF, dentre outros. O documento do PNNE/PB proposto foi pautado em quatro eixos: (1) governança, diagnóstico e planejamento de retomada; (2) orientações sanitárias; (3) pedagógico e (4) competências socioemocionais e acolhimento psicossocial. No município de Caldas Brandão – PB o retorno às aulas presenciais foram guiados por documentos publicados tanto pelo governo

⁹ Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14041/file/guia-gestores-educacao-saude_reabertura-segura-escolas.pdf. Acesso em: 27 de abril de 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos-1/diretrizes-aulas/diretrizes-novo-normal-pnnepb--guia-3>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.consed.org.br/storage/download/5eea22f13ead0.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

¹² Disponível em: <https://undime.org.br/>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

federal quanto estadual.

Nesse sentido, nesse processo de aulas remotas durante a pandemia assim como do retorno gradual às aulas presenciais, de maneira híbrida, a inclusão digital se tornou também um grande desafio para os gestores públicos educacionais, diante da situação financeira, de vulnerabilidade e marginalização de vários estudantes da rede pública de educação no Brasil.

Com relação a esse fator, à inclusão digital, em 2021 foi aprovada uma importante lei pelo Congresso Nacional, a Lei 14.172/2021, Lei de Conectividade, disponibilizando recursos financeiros para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, para professores e estudantes da educação básica pública no país, a partir da colaboração entre os entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na Paraíba, no ano de 2021, o governador do estado, disponibilizou cerca de 260 mil *chips* 3G/4G para professores e estudantes da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de ampliar a conectividade durante o ensino híbrido. Além disso, também foi lançado o Programa Paulo Freire – Conectando Saberes, cujo objetivo principal foi a valorização da prática docente, com a distribuição de cerca de 10 mil *notebooks* para professores da Rede Estadual de Ensino.

Nesse contexto, compreende-se também que o retorno às aulas presenciais no pós-pandemia, envolve outros desafios para gestores públicos educacionais, a exemplo da busca ativa pelos estudantes e desenvolvimento de estratégias para permanência nas escolas; estratégias de promoção à inclusão digital e democratização do acesso à internet e recursos tecnológicos, com incentivos já criados e que devem permanecer, e até mesmo ser ampliados; desenvolvimento de estratégias para combater o déficit de aprendizagem, em especial, entre os estudantes da educação infantil, etapa esta da educação bastante atingida com o processo de aulas remotas, devido a importância de interação entre as crianças nessa etapa da educação; assim como estratégias para mitigar os impactos da pandemia na saúde mental/psicológica de estudantes, professores e todos os envolvidos na área educacional.

Nesse sentido, no tópico seguinte, aborda-se um compilado de alguns estudos recentes acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 na educação no Brasil.

2.4 ESTUDOS RECENTES

Em meio a um cenário atípico de alta contaminação vivenciado pela Covid-19 e com isolamento social, o setor educacional com ênfase no ensino básico, foram um dos mais prejudicados. Vários autores na literatura buscam explicar e apresentar os impactos vivenciados pelos gestores educacionais, no âmbito dos docentes, discentes e seus familiares.

Em sua pesquisa, Marques e Fraguas (2020) discutiram e apresentaram dados em relação a organização dos estudantes para continuidade do processo de ensino-aprendizagem a partir das limitações determinadas pelo isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como, um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Professor Narciso Mendes, em Curitiba – PR, a partir da aplicação de um questionário *online* pelo *google forms* entre os estudantes do 3º ano do Ensino Médio da referida escola. Os autores concluíram que os discentes não se esforçaram da maneira desejável para acompanhar as aulas remotas e atividades *online*, estando entre os fatores que contribuíram para isso: motivação, interação física, recursos tecnológicos avançados e um retorno imediato para sanar dúvidas e questionamentos no decorrer das aulas. Além disso, os pesquisadores sugerem que os gestores devem repensar esses fatores para que ocorra de fato uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem atendendo a uma educação de qualidade.

Oliveira e Santos (2020) avaliaram sobre os impactos da Covid-19 na área educacional, a partir de uma investigação sobre as principais demandas que surgiram após a pandemia. Nesse contexto, foi analisado alguns marcos legais para a política educacional no decorrer da pandemia. Os autores concluíram que na pandemia foi um momento de reforçar a gestão democrática e regime de colaboração, a partir da manutenção e ampliação do diálogo entre o poder público e demais esferas da educação, a saber: conselhos de educação, instituições e organizações educacionais, garantindo a participação de gestores, docentes, discentes e a família.

Pereira *et. al.* (2020), estudaram o impacto da pandemia na saúde mental de professores a partir de uma reflexão das atividades remotas, através da análise de dados do Ministério da Educação e também de discussões sobre saúde mental e mal estar docente. O estudo chega a conclusão de que se faz necessário a criação de medidas relacionadas ao trabalho em formato *home office* e também planos de ação e estratégias para o retorno as aulas no formato presencial, além disso, os autores sugerem ações e estratégias preventivas que promovam a saúde e reduzam as consequências psicológicas dos atores envolvidos.

Senhoras (2020), analisou os impactos transversais causados pela pandemia da Covid-19. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório e descritivo a partir do método histórico-dedutivo. O objetivo da pesquisa foi de explorar os impactos da Covid-19 na área educacional *lato sensu*. Os resultados alcançados foram que as implicações são assimétricas no espaço e no tempo, reproduzindo de maneira ampliada assimetrias econômicas e educacionais pré-existentes.

Aguiar (2020) teve como objetivo debater acerca dos impactos da pandemia da Covid-

19 na educação brasileira, especialmente no que diz respeito a educação básica no decorrer do primeiro semestre de 2020. O autor também buscou realizar uma análise das implicações nas políticas e orientações curriculares para as instituições de ensino, assim como das propostas de associações científicas, entidades de dirigentes das secretarias de educação e dos trabalhadores em educação. Nesse contexto, o ponto central de análise está relacionado as orientações relativas ao ensino remoto e as tensões no que diz respeito à volta das atividades educacionais de maneira presencial, ou seja, pós-pandemia. Os resultados encontrados na pesquisa apontam que o retorno presencial deve resultar de decisões assumidas pelos sistemas de ensino de acordo com os protocolos de segurança sanitária e após amplo debate relativo as políticas educacionais, processos pedagógicos e curriculares pós-pandemia, entre os profissionais da educação, os discentes, familiares e comunidade escolar.

Sousa *et. al.* (2021) por sua vez, analisaram os desafios, impactos e as possibilidades da educação do campo no município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a partir da pandemia da Covid-19 e do ensino emergencial. Especificadamente, o trabalho analisou os impactos da utilização das tecnologias educacionais através do ensino remoto na Educação do campo de Bom Jesus da Lapa, através da observação dos regimes legislativos e da regulamentação educacional a partir da propagação do novo coronavírus. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários através de *e-mail*, e teve como participantes seis professores e um diretor. Os resultados da pesquisa, revelaram carências em investimentos em políticas públicas educacionais, em especial, na educação do campo, além de precarização do trabalho docente, que envolve cargas horárias excessivas, saúde emocional abalada e ausência do estado em garantir condições básicas para execução das aulas remotas no período de pandemia e conforme determinação do sistema educacional.

Brunet *et. al.* (2021) pesquisaram sobre o contexto de ensino remoto, a falta de infraestrutura das escolas e a fragilidade da conectividade de acesso digital dos estudantes no Pantanal de Aquidauana-MS. A metodologia aplicada foi quali-quantitativa e descritiva, a partir da análise de casos confirmados e óbitos da Covid-19 no âmbito local e de seus impactos na categoria docente. Os resultados alcançados demonstraram que os limites materiais ao trabalho docente e a vulnerabilidade dos atores sociais envolvidos neste processo, deixaram claro a fragilidade do sistema de ensino, que buscou responder com eficiência uma situação de emergência disfarçando resultados efetivos.

Bezerra e Miranda (2021) buscaram realizar uma análise e reflexão acerca do ensino remoto na educação infantil na cidade de Catolé do Rocha – PB, em meio ao cenário da pandemia da Covid-19. Especificadamente, as autoras tinham como objetivos: a) entender

como as aulas remotas no contexto da pandemia satisfizeram do ponto de vista das docentes da educação infantil do município de Catolé do Rocha; b) as particularidades das crianças no que diz respeito à aprendizagem e, c) procurar entender as ações promovidas pelos governos federal, estadual e municipal, diante da aplicabilidade do ensino remoto no Brasil e os principais desafios enfrentados por essas docentes no contexto da pandemia diante das aulas remotas na educação infantil. Foi utilizado enquanto metodologia uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo a partir de estudo bibliográfico e de campo, por meio do qual onze professoras da educação infantil responderam a um questionário através do *google* formulário. Os resultados esperados estão relacionados a contribuição com uma História da Educação do tempo presente, na medida em que o trabalho em questão se propôs a analisar de que maneira o ensino remoto durante a pandemia interferiu nas práticas das professoras no município de Catolé do Rocha – PB, tendo como foco a educação infantil. Além disso, verificou também quais os desafios enfrentados pelas docentes, entendendo a importância do uso das TICs na prática de ensino, especialmente no decorrer da pandemia, porém, ressaltando a necessidade de haver uma democratização dos seus meios materiais para todos aqueles que necessitam, assim como o fato de que na educação infantil, etapa fundamental da educação básica se faz necessário no processo educativo a interação e atividades lúdicas, portanto, todas essas questões e perspectivas anunciadas no trabalho, se configuram relevantes para a história da educação.

Santos *et. al.* (2022) relataram a baixa frequência dos estudantes e as justificativas para essas ausências no período da aulas remotas de uma escola pública da rede estadual de Arapiraca-AL. Para tanto, a metodologia aplicada foi investigativa quantitativa através da aplicação de questionário *online* (*google forms*) com os alunos nos dois bimestres letivos iniciais (março/julho de 2021). Os autores concluíram que apesar das inúmeras ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas como recursos pedagógicos, fatores relacionados ao contexto social dos estudantes comprometeram a efetividade do processo educacional, bem como, as atividades profissionais de trabalho no mesmo horário das aulas e dificuldades de aprendizagem mediante as metodologias utilizadas nas aulas.

Além do que foi previamente exposto e discutido no contexto da fundamentação teórica e de estudos recentes na literatura, observa-se que os impactos inerentes a Covid-19 na educação ainda precisam de considerações e estudos aprofundados, para obtermos informações e considerações primordiais sobre os aspectos inerentes a gestão educacional, políticas públicas, ao comportamento dos discentes e bem como, as metodologias educacionais e os impactos nos docentes. Na próxima seção será abordado os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa para atingir os objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo configura-se a partir de uma pesquisa descritiva e exploratória com método de estudo de caso. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva realiza a descrição das características de determinada população ou de um estabelecimento de relações entre variáveis e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

Já sobre a pesquisa exploratória, Gil (2008) afirma que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. E também uma pesquisa aplicada (pesquisa de campo), nesse sentido, de acordo com Marconi e Lakatos (2003):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 186).

A pesquisa compõe-se a partir de uma abordagem qualitativa, que de acordo com Gil (2002), é descritiva; as informações obtidas não podem ser quantificáveis; os dados obtidos são analisados indutivamente e a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso feito nas: Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio (ECI EEFM) Tenente Lucena, localizada na cidade de João Pessoa – PB e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Maria Viegas de Paiva, localizada no município de Caldas Brandão, no interior da Paraíba. Dessa forma, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários *online*, através do *google forms*, e também questionários físico, de maneira presencial, todos respondidos no período de março a maio de 2023.

Para a obtenção dos dados primários, foram construídos dois questionários, um destinado a professores, coordenadores/supervisores e gestores, com um total de 24 questões, e outro destinado aos estudantes, com 22 questões. Os dois questionários foram divididos da seguinte forma: as questões iniciais, de 1 a 8, relacionadas ao perfil socioeconômico, com dados sobre escolaridade, gênero, cor/raça/etnia, renda familiar e idade; questões de 9 a 13, perfil de equipamentos tecnológicos em domicílio, com dados sobre a quantidade de equipamentos dessa natureza em sua residência e acesso à internet; questões 14 a 18, perfil de equipamentos

tecnológicos na escola em que estudam/trabalham, existência de laboratórios de informática e rede de internet wi-fi; e da questão 19 a 22/24, perfil de ensino/aprendizagem a partir da execução das aulas remotas, no decorrer da pandemia (No Apêndice).

Os questionários foram respondidos por estudantes, totalizando 180 questionários, sendo 95 *online* e 85 físicos, e professores, coordenadores/supervisores e gestores, totalizando 40 questionários, 39 *online* e 1 físico, somando as duas escolas da amostra.

A primeira cidade da amostra da pesquisa, refere-se ao município de João Pessoa, a capital do estado da Paraíba. Segundo dados do IBGE (2021), a população estimada é de 825.796 pessoas. Em relação ao trabalho e rendimento, em 2020, verifica-se que o salário médio mensal da população era de 2.6 salários mínimos, sendo a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 35.8%. Os dados da economia demonstram um percentual de PIB per capita de R\$ 25,402,17 ocupando a posição 2154º no país e 5º no estado em 2020.

No que diz respeito ao município de Caldas Brandão – PB, a segunda amostra no estudo de caso, constata-se que a população estimada era de 6.077 pessoas em 2021, com relação ao trabalho e rendimento, em 2020, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.7%, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.1% da população nessas condições. Por sua vez, o PIB per capita foi de R\$ 11,434,45 ocupando a posição 4212º no país e 68º no estado em 2020.

Diante desse contexto e dos dados apresentados, na próxima seção apresenta-se a análise dos resultados a partir dos questionários aplicados nas duas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram segregados em três tópicos. O primeiro apresenta a análise da amostra. O segundo, a análise dos questionários respondidos por funcionários, gestores e docentes. E a terceira parte teve como objetivo apresentar a análise dos questionários respondidos pelos estudantes.

4.1 ANÁLISE DA AMOSTRA

A escola ECI EEFM Tenente Lucena possui atualmente um total de 44 funcionários, sendo 26 professores e 18 funcionários em outras funções. O total de estudantes é 374, divididos entre o fundamental II (6º ao 9º ano), que funciona no período diurno de maneira integral, o ensino médio regular (1º, 2º e 3º anos) e os ciclos de EJA (I, II, III e IV) que funcionam no

período noturno. No momento a escola está funcionando com ensino presencial e *online* (grupos de *whatsapp*), pois no ano passado a escola precisou ser demolida e está em processo de reconstrução, com previsão de entrega do novo prédio para Julho do corrente ano. Segue abaixo quadro com a divisão de estudantes por série:

Quadro 1: Quantidade de alunos(as) por série na ECI EEFM Tenente Lucena

Série	Quantidade de alunos (as)
6° ANO (Fundamental II)	25
7° ANO (Fundamental II)	48
8° ANO (Fundamental II)	40
9° ANO	34
1° ANO (Ensino Médio)	36
2° ANO (Ensino Médio)	38
3° ANO (Ensino Médio)	28
EJA Ciclo I	48
EJA Ciclo II	48
EJA Ciclo III	19
EJA Ciclo IV	10
TOTAL	374

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Já a escola EMEFI Maria Viegas de Paiva, possui no momento atual um total de 49 funcionários, destes: 21 são professores e 28 são funcionários em outras funções. O total de estudantes é de 310, divididos em: creche, pré I e pré II (Educação Infantil); 1°, 2°, 3°, 4° e 5° anos (Fundamental I); 6°, 7°, 8° e 9° anos (Fundamental II) e ciclos de EJA (I, II, III e IV). No período matutino funcionam (creche, pré I, 1° ano e Fundamental II), no vespertino (pré I, pré II, 2°, 3°, 4° e 5° anos) e no período noturno os ciclos de EJA. Segue abaixo o quadro com a divisão de estudantes por série:

Quadro 2: Quantidade de alunos(as) por série na EMEFI Marias Viegas de Paiva

Série	Quantidade de alunos (as)
Creche	26
Pré I	32

Pré II	21
1º ANO (Fundamenta I)	12
2º ANO (Fundamenta I)	21
3º ANO (Fundamenta I)	27
4º ANO (Fundamenta I)	22
5º ANO (Fundamenta I)	26
6º ANO (Fundamenta II)	24
7º ANO (Fundamenta II)	14
8º ANO (Fundamenta II)	23
9º ANO (Fundamenta II)	10
EJA Ciclo I	11
EJA Ciclo II	11
EJA Ciclo III	15
EJA Ciclo IV	15
TOTAL	310

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No quadro 3, pode-se observar os dados dos professores, coordenadores/supervisores e gestores das escolas utilizadas na amostra. Conforme dados apresentados do total de 40 questionários respondidos, 34 foram de professores (as) e os demais divididos entre os outros cargos.

Quadro 3: Questionários respondidos pelos funcionários da ECI EEFM Tenente Lucena e EMEFI Maria Viegas de Paiva

Cargo ocupado na escola	ECI EEFM Tenente Lucena	EMEFI Maria Viegas de Paiva
Diretor (a) / vice-diretor (a)	X	2
Supervisor (a)	X	2
Coordenador (a)	2	X
Professores (as)	18	16
Total	40	

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ressalta-se que os espaços em “X” são devidos à ausência do cargo na escola ou ao fato

de no momento o cargo está em vacância, ou seja, a escola ECI EEFM Tenente Lucena encontra-se com o cargo de diretor (a) / vice-diretor (a) vago e também nesta escola não existe o cargo de supervisor (a), apenas coordenador (a). Já na escola EMEFI Maria Viegas de Paiva, não existe o cargo de coordenador (a), apenas supervisor (a) e orientador (a) educacional.

Nas duas escolas analisadas neste trabalho, ECI Tenente Lucena e EMEIF Maria Viegas de Paiva, umas das primeiras medidas tomadas de maneira emergencial para as aulas remotas, foi a criação de grupos de *whatsapp* organizados por séries/turmas, de maneira que os docentes seguindo um horário especial criado para essas aulas, pudessem compartilhar materiais (textos, vídeos, atividades, dentre outros) para prosseguimento do ano letivo, e para os estudantes que por algum motivo não tivessem como acompanhar as aulas pelos grupos criados com esta finalidade, a solução encontrada foi a de atividades impressas que foram disponibilizadas pelas duas escolas em questão, onde os estudantes buscavam na escola e tinham um prazo para devolução das mesmas já respondidas.

4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR FUNCIONÁRIOS, GESTORES E DOCENTES

A Tabela 1 a seguir, apresenta o perfil socioeconômico da amostra dos funcionários, gestores e docentes das escolas pesquisadas. Ao analisar o perfil socioeconômico dos funcionários, observamos que 50% dos questionários respondidos foram de funcionários que atuam na escola ECI EEFM Tenente Lucena, e 50% da escola EMEFI Maria Viegas de Paiva. Destes, 85% ocupam o cargo de professor (a) e 15% os demais cargos, sendo 65% do gênero feminino e 35% do gênero masculino. Com relação à cor/raça/etnia, 50% se autodeclararam parda; 35% branca; 12,5% preta e 2,5% amarela. A renda mensal familiar de 60% dos funcionários que responderam ao questionário está acima de quatro salários mínimos.

Tabela 1: Perfil socioeconômico dos funcionários, gestores e docentes

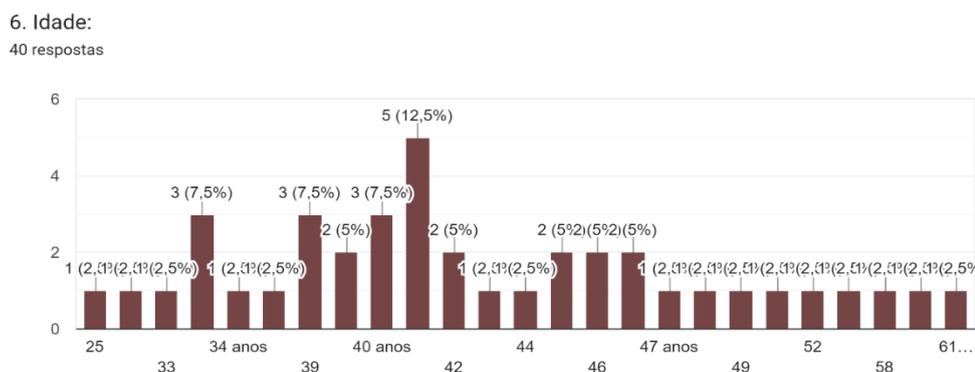
GÊNERO	QTD	%
Masculino		35%
Feminino		65%
Total		100%
RAÇA/COR/ETNIA	QTD	%
Branco		35%
Pardo		50%
Preto		12,5%
Amarelo		2,5%
Total		100%

ESCOLARIDADE	QTD	%
Ensino Médio Completo		57,5%
Ensino Superior Completo		30%
Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)		10%
Total		100%
RENDA MENSAL FAMILIAR	QTD	%
Menos de 1 salário mínimo		0,0%
Até 1 salário mínimo		2,5%
De 1 a 2 salários mínimos		12,5%
De 2 a 3 salários mínimos		15%
De 3 a 4 salários mínimos		10%
Acima de 4 salários mínimos		60%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 1 pode-se observar a média de idade dos funcionários, gestores e docentes respondentes. Com base na análise dos dados, percebe-se que a média de idade dos professores, coordenadores/supervisores e gestores das duas escolas estão entre 34 e 41 anos, 57,5% possuem pós-graduação *latu sensu* (especialização) e entre os professores (as) a maior parte atuam no Ensino Fundamental (Anos finais) e Ensino Médio, com respectivamente 33,3% e 30,6%.

Gráfico 1: Média de idade dos funcionários, gestores e docentes



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito ao perfil 2 – de equipamentos tecnológicos em sua residência, observa-se que a maior parte 30,0% possuem de um a dois computadores/*notebooks*/outros, 42,5% possuem de um a dois aparelhos celulares e 100% possuem internet fixa (*wi-fi*) e internet móvel (celular). Com relação ao fato de terem passado por algum tipo de formação antes de iniciar as aulas remotas/*online*, 57,5% responderam que não, ou seja, a maior parte. Dos 42,5% que responderam sim, 60% consideraram a formação como boa, 35% regular e apenas 5%

consideraram excelente, como pode ser observado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Perfil de equipamentos tecnológicos na residência dos funcionários, gestores e docentes

Equipamentos tecnológicos (computador, notebook, outros)	QTD	%
Apenas um		22,5%
De um a dois		30%
De dois a três		15%
De três a quatro		22,5%
Acima de quatro		10%
Total		100%
Internet fixa (wi-fi) e móvel (celular)	QTD	%
Sim		100%
Não		0,0%
Total		100%
Quantos aparelhos celular	QTD	%
Até um		5%
De um a dois		42,5%
De dois a três		22,5%
De três a quatro		22,5%
Acima de quatro		7,5%
Total		100%
Formação antes do início das aulas remotas/online	QTD	%
Sim		42,5%
Não		57,5%
Total		100%
Como consideraram a formação	QTD	%
Regular		35%
Boa		60%
Excelente		5%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Portanto, a partir da análise dos dados relacionados ao perfil 2, observa-se que não ocorreram problemas como falta de equipamentos tecnológicos e nem de internet por parte dos professores (as) para realização das aulas remotas/*online* durante a pandemia. Porém, quando o assunto refere-se a “se já foi ter feito algum tipo de formação” antes de iniciar as aulas, percebe-se que a maioria não passou por nenhuma preparação, o que dar indícios de que uma boa parcela dos professores (as) precisou se reinventar no decorrer desse processo e buscar alternativas que os auxiliassem nas aulas remotas emergenciais, de maneira independente.

Na análise do perfil 3 – de equipamentos tecnológicos na escola, a maior parte 75% receberam algum tipo de equipamento tecnológico (computador, *notebook*, *chip*, dentre outros),

também a maioria, 55% apontaram a existência de internet fixa (*wi-fi*) de boa qualidade na escola. No entanto, quando o assunto foi a existência de laboratórios de informática e/ou equipamentos tecnológicos na escola, 77,5% apontaram que não, sendo este, um dos problemas identificados nesse perfil. Com relação ao número de escolas que trabalham/lecionam, a maior parte 55,5% trabalham em apenas uma escola, e 37,5% em duas, conforme tabela abaixo.

Tabela 3: Perfil de equipamentos tecnológicos na escola (funcionários, gestores e docentes)

Recebeu algum equipamento tecnológico (computador, notebook, outros) durante a pandemia pelo estado/município que trabalha	QTD	%
Sim		25%
Não		75%
Total		100%
Na escola que trabalha possui internet fixa (wi-fi) de boa qualidade	QTD	%
Sim		45%
Não		55%
Total		100%
Na escola que trabalha possui laboratório de informática e/ou equipamentos tecnológicos suficientes para o trabalho escolar	QTD	%
Sim		22,5%
Não		77,5%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O perfil 4 – de ensino-aprendizagem na pandemia, demonstra que a maior parte 42,5% utilizou mais de um recurso das tecnologias da informação (grupos de *whatsapp*, formulário *google*, *google sala de aula*, *google meet*, dentre outros) para desenvolver seu trabalho durante a pandemia, conforme dados na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Perfil de ensino-aprendizagem na pandemia na visão dos funcionários, gestores e docentes

Recursos das tecnologias da informação utilizados na pandemia	QTD	%
Somente grupos de whatsapp		27,5%
Somente formulário google		2,5%
Somente google sala de aula		0,0%
Somente google meet		0,0%
Mais de uma das ferramentas citadas anteriormente		42,5%
Todas as ferramentas citadas		27,5%
Total		100%
Você utilizou outra ferramenta não citada	QTD	%

Sim	7,5%
Não	92,5%
Total	100%
Como você classifica o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia	QTD %
Regular	90%
Bom	10%
Excelente	0,0%
Total	100%
Você acha que as aulas remotas/online deve continuar na Educação Básica	QTD %
Sim	35%
Não	65%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Porém, quando perguntados sobre a utilização de outra ferramenta, que não essas citadas, 92,5% responderam que não, e dos 7,5% que responderam sim, as respostas foram: não informada; nenhuma; *google meet*; *instagram* para comunicação; as relacionadas; celular e *notebook*; fotos das atividades e respostas por mensagens e data-show, o que configura basicamente as mesmas citadas.

No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem com as aulas remotas/*online* durante a pandemia, 90% o consideraram regular, o que coaduna com outras pesquisas já apontadas nesse trabalho, com apenas 10% o considerando como bom e 0,0% excelente. Já sobre a tendência de as aulas remotas/*online* continuarem na educação básica, a maioria 65,0% respondeu que “não”, contra 35,0% que disseram que “sim”, o que demonstra as dificuldades enfrentadas pela maior parte dos professores (as) no decorrer desse processo. Isso não significa dizer que os professores (as) sejam contra ao uso das tecnologias da informação em suas aulas, mas sim que, no quesito aulas remotas/*online* na educação básica, há muito para se pensar e refletir. O que por sua vez, corrobora com os resultados dos trabalhos de Brunet *et. al.* (2021), Bezerra e Miranda (2021) e Santos *et. al.* (2022).

Por fim, na última questão, pedimos para que professores, coordenadores/supervisores, gestores, definissem em uma palavra como consideravam o processo ensino-aprendizagem com as aulas remotas/*online* durante a pandemia, com essas informações foi montado a nuvem de palavras que segue abaixo.

Figura 1: Visão dos funcionários, gestores e docentes usando a nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Dessa forma, ao observar a nuvem de palavras acima, percebe-se o quanto as aulas remotas/*online* no decorrer da pandemia foram desafiadoras e difíceis para todos os envolvidos nesse processo, ao ver palavras como: desesperador, problemático, péssimo, insuficiente, dentre outras, fica claro a demanda de desafios enfrentados por professores (as), coordenadores (as)/supervisores (as) e gestores (as), que de uma maneira geral, pela análise dos dados, precisaram se reinventar de maneira repentina, não tendo tempo suficiente para uma preparação/formação antes do início dessas aulas. Bem como, a necessidade de políticas públicas educacionais mais eficazes para mitigar as carências em investimentos e da precarização do trabalho docente. Sousa *et. al.* (2021) em sua pesquisa chamou a atenção para a escassez de políticas públicas educacionais, principalmente no campo, da precarização do trabalho docente, da saúde emocional abalada e a ausência do estado em garantir condições básicas para a execução das aulas remotas no período da pandemia no município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, corroborando com os resultados da pesquisa.

Além disso, ressalta-se os fatores psicossociais que foram bastante abalados durante a pandemia, diante do isolamento social e do alto número de vítimas fatais da Covid-19. Nesse contexto, em nossa próxima sessão, faremos a análise dos dados a partir da visão dos estudantes das duas escolas pesquisadas.

4.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS ESTUDANTES

O questionário voltado para os estudantes foi composto por 22 questões, divididas em

seções de quatro perfis: questões de 1 a 9 (perfil 1 – socioeconômico); questões de 10 a 13 (perfil 2 – de equipamentos tecnológicos em sua residência); questões de 14 a 17 (perfil 3 – de equipamentos tecnológicos na escola) e por fim, questões de 18 a 22 (perfil 4 – de ensino-aprendizagem na pandemia).

Ao analisar o perfil 1 – socioeconômico, observamos que 52,8% dos questionários respondidos foram de estudantes da escola ECI EEFM Tenente Lucena, e 47,2% da escola EMEFI Maria Viegas de Paiva. Destes, 59,4% são do gênero feminino e 40,6% do gênero masculino, já com relação à cor/raça/etnia, 57,8% se autodeclararam parda; 23,9% branca; 13,9% preta e 4,4% se dividindo entre amarela e indígena. Entre a série em que estudam, o que se percebe pelos dados apresentados é que a grande maioria dos que participaram da pesquisa são do Fundamental II (Anos finais).

Já a renda mensal familiar da maior parte, é de até um salário mínimo, com uma porcentagem de 40,0%, 32,8% com menos de um salário mínimo, 20% de um a dois, e 7,2% situados em outras faixas salariais. Não foi possível a montagem do gráfico relativo a média de idade dos estudantes, pois alguns não souberam responder, mas pudemos identificar que dentre os estudantes que responderam ao questionário, a menor idade estava em 11 anos e a maior em 67 anos. A maioria dos estudantes residem com mais de uma pessoa, com 36,1% (de uma a três pessoas), 26,7% (acima de quatro pessoas), 24,4% (de três a quatro) e 12,8% (apenas uma) . A maior parte também, apenas estuda (73,9%), com 26,1% que estudam e trabalham.

Um dado importante observado no perfil socioeconômico, é que a maior parte (59,2%) disseram que alguém da família e/ou com quem moram precisou do auxílio emergencial durante a pandemia, 21,2% disseram não saber responder e apenas 19,6% disseram que não, esses dados demonstram a situação de vulnerabilidade socioeconômica de grande parte desses estudantes e seus familiares, como pode ser observado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Perfil socioeconômico dos estudantes

GÊNERO	QTD	%
Masculino		59,4%
Feminino		40,6%
Outros		0,0%
Total		100%
RAÇA/COR/ETNIA	QTD	%
Branco		23,9%
Pardo		57,8%
Preto		13,9%
Amarelo		2,5%
Indígena		1,9%
Quilombola		0,0%
Cigana		0,0%

Total		100%
EM QUAL SÉRIE ESTUDA	QTD	%
6º Ano (Fundamental II)		12,2%
7º Ano (Fundamental II)		20%
8º Ano (Fundamental II)		13,9%
9º Ano (Fundamental II)		12,2%
EJA (Ciclo III)		9,4%
EJA (Ciclo IV)		7,2%
Outros		25,1%
Total		100%
RENDA MENSAL FAMILIAR	QTD	%
Menos de 1 salário mínimo		32,8%
Até 1 salário mínimo		40%
De 1 a 2 salários mínimos		20%
De 2 a 3 salários mínimos		%
De 3 a 4 salários mínimos		%
Acima de 4 salários mínimos		%
Outros		7,2%
Total		100%
SÓ ESTUDA OU ESTUDA E TRABALHA	QTD	%
Apenas estudo		73,9%
Estudo e trabalho		26,1%
Total		100%
COM QUANTAS PESSOAS VOCÊ MORA	QTD	%
Apenas uma		12,8%
De uma a três		36,1%
De três a quatro		24,4%
Acima de quatro		26,7%
Total		100%
DURANTE A PANDEMIA SUA FAMÍLIA OU ALGUÉM COM QUEM MORA PRECISOU DO AUXÍLIO EMERGENCIAL	QTD	%
Sim		59,2%
Não		19,6%
Não sei responder		21,2%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na análise do perfil 2 – de equipamentos tecnológicos em sua residência, observa-se que a maior parte, 50,0% dos estudantes, não possuem nenhum (computador/notebook/outros) em casa, com 20,6% apontando apenas um, 10,6% de um a dois, 8,3% acima de três e 10,5% de dois a três. Já com relação a quantidade de aparelhos celulares em casa, a grande maioria, 98,2% possuem este tipo de equipamento, com 82,2% que possuem internet fixa (*wi-fi*) e 61,1% com internet móvel (celular).

Tabela 6: Perfil de equipamentos tecnológicos na residência dos estudantes

Equipamentos tecnológicos (computador, notebook, outros)	QTD	%
Nenhum		50%

Apenas um		20,6%
De um a dois		10,6%
De dois a três		10,5%
Acima de três		8,3%
Total		100%
Possui internet fixa (wi-fi) na sua residência	QTD	%
Sim		82,2%
Não		14,4%
Não sei responder		3,4%
Total		100%
Quantos aparelhos celular possui na sua residência	QTD	%
Nenhum		1,8%
Apenas um		14,4%
De um a dois		28,3%
De dois a três		26,1%
Acima de três		29,4%
Total		100%
Possui internet móvel no celular	QTD	%
Sim		61,1%
Não		32,8%
Não sei responder		6,1%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que diz respeito ao perfil 3 – de equipamentos tecnológicos na escola, iniciamos com a pergunta referente a terem passado por algum tipo de curso sobre o uso de ferramentas tecnológicas antes de iniciar as aulas remotas/*online*, 69,4% disseram que não, o que configura a maior parte dos estudantes, com 18,9% apontando não saber responder e 11,7% dizendo que sim. Sobre terem recebido algum tipo de equipamento tecnológico (computador/*notebook*/*chip*/dentre outros), 67,8% responderam que não e 32,2% disseram que sim.

Com relação a existência de internet (*wi-fi*) de boa qualidade na escola que estudam, 54,4% disseram que não, 26,7% não souberam responder e 18,9% disseram que sim, no tocante à existência de laboratório de informática e/ou equipamentos tecnológicos na escola para uso escolar, 58,3% disseram não ter, 21,1% não souberam responder e 20,6% disseram que sim. Tais resultados corroboram com os encontrados na pesquisa de Brunet *et. al.* (2021) para a cidade de Pantanal de Aquidauana-MS. Nos quais os autores, chamam a atenção para a vulnerabilidade dos atores sociais envolvidos e a falta de infraestrutura tecnológica nas escolas e no ambiente familiar que dificultou o processo de aprendizagem.

Tabela 7: Perfil de equipamentos tecnológicos na escola (estudantes)

Antes do início das aulas remotas/online foi ofertado algum curso pelo estado/município sobre uso de ferramentas tecnológicas	QTD	%
Sim		11,7%
Não		69,4%
Não sei responder		18,9%
Total		100%
Na escola que estuda possui internet fixa (wi-fi) de boa qualidade	QTD	%
Sim		18,9%
Não		54,4%
Não sei responder		26,7%
Total		100%
Na escola que estuda possui laboratório de informática e/ou equipamentos tecnológicos suficientes para o uso escolar	QTD	%
Sim		20,6%
Não		58,3%
Não sei responder		21,1%
Total		100%
Recebeu algum equipamento tecnológico (computador, notebook, outros) durante a pandemia pelo estado/município em que estuda	QTD	%
Sim		32,2%
Não		67,8%
Total		100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No último perfil analisado, perfil 4 – de ensino-aprendizagem na pandemia, a maioria dos estudantes disseram ter utilizado apenas grupos de *whatsapp* durante as aulas remotas/*online* na pandemia, como pode ser observado na Tabela 8 a seguir.

Tabela 8: Perfil de ensino-aprendizagem na pandemia na visão dos estudantes

Recursos das tecnologias da informação utilizados na pandemia no decorrer das aulas remotas/online	QTD	%
Somente grupos de whatsapp		52,2%
Somente formulário google		%
Somente google sala de aula		%
Somente google meet		%
Mais de uma das ferramentas citadas anteriormente		16,1%
Todas as ferramentas citadas		8,3%
Não sei responder		12,8%
Outros		10,6%
Total		100%
Como você classifica seu processo de aprendizagem	QTD	%

durante a pandemia			
Regular		56,7%	
Bom		23,3%	
Excelente		4,4%	
Não sei responder		15,6%	
Total		100%	
Você acha que as aulas remotas/online deveria continuar a ser usada pelas escolas como opção além das aulas presenciais		QTD	%
Sim			29,4%
Não			70,6%
Total			100%
Durante a pandemia você foi reprovado (repetiu a série) alguma vez		QTD	%
Sim			30,6%
Não			69,4%
Total			100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Esses dados demonstram que mesmo que os professores quisessem utilizar outros tipos de ferramentas em suas aulas, havia a dificuldade de muitos desses alunos em utilizar outros instrumentos, seja por precisarem compartilhar o celular com outras pessoas de sua residência ou não possuírem computador. Bem como, por não saberem utilizar essas outras ferramentas, já que a maior parte apontou não terem passado por nenhum curso preparatório sobre como manusear estas ferramentas de tecnologias da informação antes do início das aulas remotas/*online*.

Nesse sentido, a maioria apontou que o processo de aprendizagem no decorrer das aulas foi regular, com 56,7%, 23,3% apontaram como bom, 15,6% não souberam responder e 4,4% excelente. Sobre as aulas remotas/*online* continuarem a ser utilizadas nas escolas como opção além das aulas presenciais, 70,6% disseram que não e 29,4% responderam que sim. O que por sua vez, demonstra a grande dificuldade enfrentada por esses estudantes no decorrer desse período.

Com relação a terem reprovado (repetiu a série) durante a pandemia, também a maior parte apontou que não, com 69,4%, e 30,6% dizendo que sim, como pode ser visto nos quadros 4 e 5 a seguir. Nesse quesito, verifica-se que os resultados corroboram com o fato de que o Conselho Nacional de educação (CNE) aprovou o Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que recomendava que escolas públicas e privadas evitassem a reprovação dos estudantes durante a pandemia, este parecer complementava outro, o Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, que já recomendava evitar a reprovação.

Quadro 4: Taxa de Rendimento por etapa Escolar na ECI EEFM Tenente Lucena¹³.

Escola	Reprovação	Abandono	Aprovação
AI	Sem dados 0%	Sem dados 0%	Sem dados 0%
AF	0,0%	0,7% 2 abandonos	99,3% 285 aprovações
EM	0,0%	1,2% 2 abandonos	98,8% 189 aprovações

Fonte: Taxas de rendimentos, 2020, INEP.

Os dados apresentados nos quadros 4 e 5 (que segue abaixo) demonstram que a recomendação feita no ano de 2020 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) foi seguido pelas duas escolas, e em 2021, segundo dados do mesmo portal mencionado acima, as duas escolas aparecem também com 0,0% de reprovação em todas as suas etapas escolares.

Quadro 5: Taxa de Rendimento por etapa Escolar na EMEFI Maria Viegas de Paiva¹⁴

Escola	Reprovação	Abandono	Aprovação
AI	0,0%	34,1% 32 abandonos	65,9% 62 aprovações
AF	0,0%	79,4% 50 abandonos	20,6% 13 aprovações
EM	Sem dados 0%	Sem dados 0%	Sem dados 0%

Fonte: Taxas de rendimentos, 2020, INEP.

¹³ Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/25094025-eci-eefm-tenente-lucena/taxas-rendimento>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/25080326-emeif-maria-viegas-de-paiva/taxas-rendimento>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

Diante do exposto, assim como o questionário aplicado para professores, coordenadores/supervisores e gestores, finalizamos o de estudantes também pedindo para que estes definissem em uma palavra como consideravam o processo de aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/*online*, como pode ser observado na Imagem 2 através da nuvem de palavras.

Figura 2: Visão dos estudandos usando a nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No geral, a partir da nuvem de palavras acima, observa-se algo já constatado com relação aos professores, supervisores/coordenadores e gestores, ficando evidente também entre os estudantes a demanda de desafios e dificuldades enfrentadas no decorrer das aulas remotas/*online* com o processo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia da COVID-19. Resultados que corroboram com os trabalhos revisados na literatura onde autores como Bezerra e Miranda (2021), Santos *et. al.* (2022) ressaltaram as dificuldades inerentes ao processo de aprendizagem mediante as metodologias utilizadas nas aulas pelos discentes nas cidades de Catolé do Rocha – PB e Arapiraca-AL, respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) implantado de maneira repentina em toda educação no país e no mundo após a declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da COVID-19 como uma pandemia, em março de 2020, pegou a todos de surpresa,

nesse sentido, o setor educacional foi dentre outros, um dos mais afetados nesse período. A presente pesquisa buscou realizar uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 na gestão da educação na Paraíba a partir de um estudo de caso nas escolas ECI EEFM Tenente Lucena e EMEIF Maria Viegas de Paiva.

Nesse contexto, percebe-se através da pesquisa e fontes da literatura, que entre a decretação da pandemia e o início do processo de implantação das aulas remotas/*online*, que no Estado da Paraíba se deu no final do mês de abril de 2020, não houve tempo hábil para que ocorresse de fato uma preparação/formação entre docentes e discentes, pois desde o início havia uma evidente preocupação por parte dos governos (Federal, Estadual e Municipal) com o cumprimento do ano letivo escolar.

Constatou-se na pesquisa que as referidas escolas apresentaram ações e estratégias para o enfrentamento dos impactos da crise sanitária no ensino e na aprendizagem. Observou-se que entre as ações utilizadas, destacou-se o uso de tecnologias, 42,5% utilizou mais de um recurso das tecnologias da informação (grupos de *whatsapp*, formulário *google*, *google* sala de aula, *google meet*, dentre outros) para desenvolver seu trabalho durante a pandemia.

Neste ponto, o que pode-se concluir é que professores e estudantes iniciaram esse processo sem um planejamento adequado, e nesse sentido, mesmo que a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) já fosse algo recorrente no meio educacional e também algo positivo que funciona como um mecanismo de modernização nas práticas pedagógicas, nem todas as ferramentas e plataformas digitais que precisaram ser utilizadas no decorrer das aulas remotas/*online* durante a pandemia eram conhecidas por docentes e discentes.

Além disso, após a análise dos dados apontados na pesquisa, percebe-se que entre os estudantes da rede pública, a situação financeira familiar se agravou no decorrer da pandemia, o que fica evidente quando 59,2% dos estudantes apontaram sobre o fato de algum parente ou alguém com quem residem terem precisado do auxílio emergencial criado pelo governo federal durante a pandemia. Ou seja, esse dado demonstra o agravamento das desigualdades sociais nesse período.

Soma-se a isso, o fato de que também a maior parte desses estudantes não possuíam equipamentos tecnológicos (computador/*notebook*/outros) em casa, o que dificultou bastante o acompanhamento das aulas remotas/*online*, com a maioria (52,2%) apontando o fato de terem utilizado apenas grupos de *whatsapp* nesse período. Nesse contexto, fica evidente também a partir do relato, tanto dos docentes quanto dos discentes, o quanto esse período foi desafiador para ambos, com a maioria apontando uma defasagem no processo de ensino-aprendizagem no

decorrer desse período.

Dessa forma, com o presente trabalho, esperamos ter contribuído para a literatura, diante ainda de uma escassez de pesquisas sobre o tema, e também para a administração pública, ao apontar dados e alguns impactos causados pela pandemia na educação na Paraíba. Foi um período de transformações/limitações, de medidas que foram tomadas de maneira emergencial e transitória, e nesse sentido, fica evidente o quanto estados e municípios, com apoio do governo federal, precisarão se dedicar e se reinventarem na proposição de políticas públicas na área educacional, de maneira que possam amenizar os efeitos negativos e impactos causados pela pandemia da COVID-19 no setor da educação.

Nesse sentido, como política pública proposta a partir desse estudo considera-se importante a criação de programas de reensino na Educação Básica com vistas a melhorar a qualidade da aprendizagem e do ensino tão impactados com o contexto da pandemia da COVID-19, assim como, a ampliação de programas de formação de professores que visem uma melhor adequação nas formas de ensino no contexto da cultura digital e também de gestores públicos da educação. Bem como, sugere-se a continuação da pesquisa com a ampliação do número de escolas e com análise empírica do impacto de políticas educacionais no processo de aprendizagem pós-pandemia.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. Impactos da pandemia da Covid-19 na educação brasileira e seus reflexos nas políticas e orientações curriculares. IN: *Revistas de Estudos Curriculares*, Vol. 11, Nº 01, 2020.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede-Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BARBOSA, Otavio Luis; CUNHA, Paulo Giovanni Moreira da. Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação. *Revista Pet Economia Ufes*, v.1, n.1, p.33-36, jul. 2020

BEZERRA, Alane da Silva e MIRANDA, Itacyara Viana. A educação infantil e o ensino remoto frente à pandemia Covid-19: desafios enfrentados por professoras em Catolé do Rocha – PB. **Monografia**. UFPB, 2021

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19** e revoga as nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. *Diário Oficial da União*, n. 53, 18.03.2020, Seção 1, p. 39. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de**

Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

BRASIL. Lei Nº 14.172/2021, Lei de Conectividade, DE 10 DE JUNHO DE 2021. **Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRUNET *ET. AL.* Educação Pública, o fazer docente e os impactos da pandemia no Pantanal de Aquidauana. ISSN: 1980-1726 Revista Hygeia, 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

IAHN, L. F.; MAGALHÃES, L. E. R.; BENTES, R. de F. Educação a distância x educação presencial: estudo comparativo entre dois cursos preparatórios para concurso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 14., 2008, Santos. Anais...Santos: Associação Brasileira de Educação a Distância, 2008.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A.. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Ronualdo; FRAGUAS, Talita. **A resignificação da educação: virtualização de emergência no contexto de pandemia da Covid-19.** Revista Brazilian Journal of Development, V. 06 Nº 11, Paraná: 2020.

MONTEIRO, Sandra Helena. (Re)inventar educação escolar no Brasil em tempos da COVID-19. Revista Augustus, Vol. 25 Nº 51: 2020.

NERI, M.; OSORIO, M. C. **Evasão escolar e jornada remota na pandemia** - Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos Ano 10, Nº 19, 2021.

OLIVEIRA, Tiago Melo de; SANTOS, Fábio Viana. **“Caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento”:** educação básica em tempos de pandemia. Boletim de Conjuntura (BOCA) Boa Vista, V. 04 Nº 11, 2020.

PEREIRA, Alexandre e Jesus; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. **Biopolítica e Educação:** os impactos da pandemia do covid-19 nas escolas públicas. Revista Augustus, Vol. 25 Nº 51: 2020.

Pereira et. al. **Saúde mental de docentes em tempos de pandemia:** os impactos das atividades remotas. Boletim de Conjuntura (BOCA) Boa Vista, V. 03 Nº 09, 2020.

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus e Educação: análise dos impactos assimétricos. Boletim de Conjuntura (BOCA) Boa Vista, V. 02 Nº 05, 2020. 2020.

SMARJASSI, C. ; ARZANI, JH As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. Revista Educação Pública, 2021.

Sousa *et. al.*. **Educação do Campo em tempos de pandemia em Bom Jesus da Lapa-BA:** impactos, desafios e percepções. Revistas de Políticas Públicas e Gestão Educacional, V. 02 Nº 02, 2021.

SILVA, R. B. **O impacto da covid-19 no cotidiano dos estudantes universitários: desempenho acadêmico, desafios e oportunidades.** 2021. TCC (Graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2021.

Referências consultadas em sites:

BEHAR, P. A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/> Acesso em: 23 de abril de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

CENSO ESCOLAR. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica. [online]. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> Acesso em: 23 de abril de 2023.

COUTO, E. S., COUTO, E. S., & CRUZ, I. de M. P. (2020). **#Fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19**. *Interfaces Científicas - Educação*, 8(3), 200–217. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

HODGES, Charles et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. *EDUCAUSE Review*. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>, 2020. Acesso em: 11 de maio de 2023.

PARAÍBA. **Decreto Nº 40.128**. Disponível em: . Acesso em 22 de abril de 2023.

PARAÍBA. **Decreto Nº 41.120**. Disponível em: . Acesso em 22 de abril de 2023.

APÊNDICE

(Questionário funcionários)

Impactos da Covid-19 na gestão da educação na Paraíba: um estudo de caso em escolas públicas

A presente pesquisa visa realizar um estudo de caso dos impactos da pandemia na educação na Paraíba, em especial, nas escolas E.M.E.I.F. Maria Viegas de Paiva, localizada na cidade de Caldas Brandão-PB e ECI Tenente Lucena, localizada na cidade de João Pessoa-PB. A pesquisa será desenvolvida pela discente Aline Cavalcante e Silva, concluinte do curso Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Calixto da Silva. Nesse sentido, é de extrema importância a participação de todos vocês, contamos com a sua colaboração e desde já agradecemos.

1. Em qual escola você trabalha?

- E.M.E.I.F. Maria Viegas de Paiva / Caldas Brandão-PB.
 ECI Tenente Lucena / João Pessoa-PB.

2. Qual cargo você ocupa?

- Professor (a).
 Supervisor (a).
 Coordenador (a).
 Diretor (a) / Vice-diretor (a).

3. Em caso de professor (a), em qual nível você leciona?

- Educação infantil.
 Ensino Fundamental (Anos iniciais).
 Ensino Fundamental (Anos finais).
 Ensino Médio.
 EJA Ciclo I.
 EJA Ciclo II.
 EJA Ciclo III.
 EJA Ciclo IV.

4. Gênero:

- Feminino.
 Masculino.
 Outros.

5. Cor/raça/etnia:

- Branca.
 Preta.
 Parda.
 Amarela.

- Indígena.
- Quilombola.
- Cigana.

6. Idade:

7. Escolaridade:

- Ensino médio completo.
- Ensino Superior Incompleto.
- Ensino Superior Completo.
- Pós-graduação Lato sensu (Especialização).

- Pós-graduação stricto sensu (Mestrado).
- Pós-graduação stricto sensu (Doutorado).

8. Média mensal (renda familiar):

- Menos de um salário mínimo.
- Até um salário mínimo.
- De um a dois salários mínimos.
- De dois a três salários mínimos.

- De três a quatro salários mínimos.
- Acima de quatro salários mínimos.

9. Quantos equipamentos tecnológicos (computadores, notebooks, dentre outros) você possui em sua residência?

- Apenas um.
- De um a dois.
- De dois a três.
- De três a quatro.

- Acima de quatro

10. Quantos aparelhos celular possui na sua residência?

- Apenas um.
- De um a dois.
- De dois a três.
- De três a quatro.
- Acima de quatro.

11. Em sua residência possui internet fixa (wi-fi)?

- Sim.
- Não.

12. Você possui internet móvel no seu celular?

- Sim.
- Não.

13. Antes de iniciar as aulas remotas/online foi ofertado alguma formação por parte do estado ou município em que você trabalha?

Obs.: Em caso de sim, responda a próxima questão.

- Sim.
- Não.

14. Como você considera essa formação?

- Regular.
- Boa.
- Excelente.

15. Durante a pandemia você recebeu algum tipo de equipamento tecnológico (computador, notebook, chip, dentre outros) por parte do estado/município em que trabalha?

- Sim.
- Não.

16. Na escola em que você trabalha existe internet fixa (wi-fi) de boa qualidade?

- Sim.
- Não.

17. Na escola em que você trabalha existe laboratório de informática e/ou equipamentos tecnológicos (computadores, notebooks, dentre outros) suficientes para o desenvolvimento do trabalho escolar?

- Sim.
- Não.

18. Em quantas escolas você trabalha?

- Uma.
- Duas.
- Três.
- Acima de três.

19. Quais destes recursos das tecnologias da informação: grupos de whatsapp, formulário google, google sala de aula, google meet, dentre outros, você utilizou no decorrer da pandemia para desenvolver seu trabalho?

- Somente grupos de whatsapp.
- Somente formulário google.
- Somente google sala de aula.
- Somente google meet.
- Mais de uma das ferramentas citadas anteriormente.
- Todas as ferramentas citadas.

20. Além das ferramentas tecnológicas citadas na questão anterior, você utilizou outra não citada? Em caso de resposta afirmativa, responder a próxima questão.

- Sim.
 Não.

21. Qual outra TIC (Tecnologia da Informação) você utilizou em suas aulas?

22. Como você classifica que tenha sido o processo de ensino aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/online?

- Regular.
 Boa.
 Excelente.

23. Você acha que essa tendência de aulas remotas/online deve continuar na educação básica?

- Sim.
 Não.

24. Em uma palavra defina como você considera que tenha sido o processo de ensino aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/online?

(Questionário estudantes)

Impactos da Covid-19 na gestão da educação na Paraíba: um estudo de caso em escolas públicas

A presente pesquisa visa realizar um estudo de caso dos impactos da pandemia na educação na Paraíba, em especial, nas escolas E.M.E.I.F. Maria Viegas de Paiva, localizada na cidade de Caldas Brandão-PB e ECI Tenente Lucena, localizada na cidade de João Pessoa-PB. A pesquisa será desenvolvida pela discente Aline Cavalcante e Silva, concluinte do curso Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Calixto da Silva. Nesse sentido, é de extrema importância a participação de todos vocês, contamos com a sua colaboração e desde já agradecemos.

1. Em qual escola você estuda?

- E.M.E.I.F. Maria Viegas de Paiva / Caldas Brandão-PB.
 ECI Tenente Lucena / João Pessoa-PB.

2. Em qual série você estuda?

- 6º Ano (Fundamental II).
 7º Ano (Fundamental II).
 8º Ano (Fundamental II).
 9º Ano (Fundamental II).
 1º Ano (Ensino Médio).

2º Ano (Ensino Médio).

3º Ano (Ensino Médio).

EJA Ciclo I.

EJA Ciclo II.

EJA Ciclo III.

EJA Ciclo IV.

3. Gênero:

Feminino.

Masculino.

Outros.

4. Cor/raça/etnia:

Branca.

Preta.

Parda.

Amarela.

Indígena.

Quilombola.

Cigana.

5. Idade:

6. Você só estuda ou estuda e trabalha?

Apenas estudo.

Estudo e trabalho.

7. Média mensal (renda familiar):

Menos de um salário mínimo.

Até um salário mínimo.

De um a dois salários mínimos.

De dois a três salários mínimos.

De três a quatro salários mínimos.

Acima de quatro salários mínimos.

8. Com quantas pessoas você mora?

Apenas uma.

De uma a três.

De três a quatro.

Acima de quatro

9. Durante a pandemia sua família ou alguém com quem você mora precisou do auxílio emergencial do governo federal?

Sim.

Não.

Não sei responder.

10. Quantos equipamentos tecnológicos (computadores, notebooks, dentre outros) você possui em sua residência?

Nenhum.

Apenas um.

De um a dois.

De dois a três.

Acima de três.

11. Quantos aparelhos celular possui na sua residência?

Nenhum.

Apenas um.

De um a dois.

De dois a três.

Acima de três.

12. Em sua residência possui internet fixa (wi-fi)?

Sim.

Não.

Não sei responder.

13. Você possui internet móvel no seu celular?

Sim.

Não.

Não sei responder.

14. Antes de iniciar as aulas remotas/online foi ofertado algum curso a você por parte do estado ou município em que você estuda sobre como fazer uso das ferramentas tecnológicas em seu processo de aprendizagem?

Sim.

Não.

Não sei responder.

15. Durante a pandemia você recebeu algum tipo de equipamento tecnológico (computador, notebook, chip, dentre outros) por parte do estado/município em que estuda?

Sim.

Não.

Não sei responder.

16. Na escola em que você estuda existe internet fixa (wi-fi) de boa qualidade?

Sim.

Não.

Não sei responder.

17. Na escola em que você estuda existe laboratório de informática e/ou equipamentos

tecnológicos (computadores, notebooks, dentre outros) suficientes para uso escolar?

- Sim.
- Não.
- Não sei responder.

18. Quais destes recursos das tecnologias da informação: grupos de whatsapp, formulário google, google sala de aula, google meet, dentre outros, você utilizou em aulas remotas/online no decorrer da pandemia?

- Somente grupos de whatsapp.
- Somente formulário google.
- Somente google sala de aula.
- Somente google meet.

- Mais de uma das ferramentas citadas anteriormente.
- Todas as ferramentas citadas.
- Não sei responder.

19. Como você classifica que tenha sido o seu processo de aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/online?

- Regular.
- Bom.
- Excelente.
- Não sei responder.

20. Você acha que as aulas remotas/online deveria continuar a ser usada pelas escolas como opção além das aulas presenciais?

- Sim.
- Não.

21. Durante a pandemia você foi reprovado (repetiu a série) alguma vez?

- Sim.
- Não.

22. Em uma palavra defina como você considera que tenha sido o seu processo de aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/online? Em uma palavra defina como você considera que tenha sido o processo de ensino aprendizagem durante a pandemia com as aulas remotas/online?

Emitido em 17/07/2023

DOCUMENTO Nº 001/2023 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/07/2023 13:40)
GUTEMBERG ANGELO BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1212018

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2023**, documento (espécie): **DOCUMENTO**, data de emissão: **17/07/2023** e o código de verificação:
300266d3ab